

MATRÍCULA Nº 31.361

IDENTIFICAÇÃO NOMINAL: "Terreno rural, constituído pelo lote n.º 3, Setor "Z", denominado FAZENDA SERTÃO, da Gleba Mamuru II, situado neste Município e Comarca, com uma área de 995,6101há. Perímetro: 13.590,57m, com a descrição seguinte: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **AL5-M-1755**, de coordenadas (Longitude: -56°03'17.375" e Latitude -03°09'33.971"); deste, segue confrontando com a Fazenda Kim, Matrícula 20.501 - Joaquim Fernandes Martins Filho, com os seguintes azimutes e distâncias: 121°14' e 2.810,71 m até o vértice **AL5-M-1749**, (Longitude: -56°01'59.536" e Latitude -03°10'21.420"); deste, segue confrontando com a Fazenda Canaã, Matrícula: 20.503 - Valdir Oliveira Junior, com os seguintes azimutes e distâncias: 196°02' e 2.505,68 m até o vértice **AL5-M-1750**, (Longitude: -56°02'21.968" e Latitude -03°11'39.817"); deste, segue confrontando com a Fazenda Flor da Mata, Matrícula 20.521 - Remi João Stroher, com os seguintes azimutes e distâncias: 248°19' e 3.118,33 m até o vértice **AL5-M-1756**, (Longitude: -56°03'55.827" e Latitude -03°12'17.313"); deste, segue confrontando com a Fazenda Dolores - Asir Rudiger, com os seguintes azimutes e distâncias: 13°41' e 1.625,84 m até o vértice **AL5-M-1794**, (Longitude: -56°03'43.356" e Latitude -03°11'25.888"); deste, segue confrontando com a Fazenda Centro, Matrícula 20.585 - Rui Locatelli Wolf, com os seguintes azimutes e distâncias: 13°08' e 3.530,03 m até o vértice **AL5-M-1755**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro tendo como datum o SIRGAS2000, a partir das estações ativas das RBMC's de **Manaus (NAUS) nº 93.770 e Itaituba (PAIT) nº 99.530**; de coordenadas; N = 9.665.429,426 m e E = 827.394.323 m, N = 9.526.008,990 m e E = 606.936,384 m, respectivamente, e encontram-se representadas no Sistema **UTM**, referenciadas ao **Meridiano Central - 57°, Fuso 21 S**, tendo como Datum o **SIRGAS2000**. A área foi obtida pelas coordenadas cartesianas locais referenciada ao *Sistema Geodésico Local (SGL-SIGEF). Todos os azimutes foram calculados pela fórmula do Problema Geodésico Inverso (Puissant). Perímetro e Distâncias foram calculados pelas coordenadas cartesianas geocentricas. **Certificação nº 3f5e3e09-880a-40cf-9205-404a8e4a8d17**. Código do Imóvel Rural nº *EA*

CONTINUA NO VERSO

FOLHA

123

VERSO

REGISTRO GERAL
Livro Nº 2 - BR

REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO
Santarém-Pará

950.173.812.340-0, modulo rural de 25,2532ha e a fração mínima por parcelamento 3,00ha.-----

PROPRIETÁRIOS: VALDIR OLIVEIRA JUNIOR, engenheiro civil, portador da Identidade n.º 7.838.188 SSP-SP e do CPF n.º 017.307.818-45 e sua mulher, ANA MARIA DE ALMEIDA NUNES OLIVEIRA, professora, portadora da Identidade n.º 5.190.257 SSP-SP e do CPF n.º 017.295.688-90, ambos brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Rio Claro (SP).-----

REGISTRO ANTERIOR: R-1, MAT-20.502, fls. 122/123, Livro 2-AA, 1º. Ofício. -----
SANTARÉM, 08 DE NOVEMBRO DE 2018. PR.OT-59.867 EM 17.10.2018.

AV-1, MAT-31.361, DATA: 08.11.2018. -- **TRANSPORTE DAS CLÁUSULAS RESOLUTIVAS DA PERMUTA -** Conforme Registro nº R-1 na matrícula nº 20.502, fls. 122/123, Livro 2-AA, em 12 de julho de 2011, constam que por Escritura Pública de Permuta e Outras Avenças, datada de 30.12.2010, lançada às fls. 059/061, do Livro 175, Ato: 056, das Notas do Cartório Conduru - 4º Ofício de Notas da Comarca de Belém (PA), tendo como PRIMEIRO PERMUTANTE o ESTADO DO PARÁ e SEGUNDOS PERMUTANTES VALDIR OLIVEIRA JUNIOR e sua mulher, ANA MARIA DE ALMEIDA NUNES OLIVEIRA, as seguintes **CLAUSULAS RESOLUTIVAS:** Que, a eficácia da permuta celebrada fica condicionada à limitação administrativa, em decorrência da qual não serão permitidas no uso do imóvel, por parte dos SEGUNDOS PERMUTANTES, seja por si, seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, atividades e empreendimentos, efetiva ou potencialmente, causadores de degradação ambiental, sob pena de imediata reversão das terras ao pleno domínio do Estado do Pará. Que, assumem ainda os SEGUNDOS PERMUTANTES a obrigação de pagarem ao PRIMEIRO PERMUTANTE, a título de compensação financeira, durante o período de 30 (trinta) anos, contados da aprovação, pelo órgão ambiental competente, do plano anual de exploração florestal, tendo como base o produto madeireiro a ser extraído da área, previsto em plano de manejo florestal, o valor mínimo de 3,93 UPF (três vírgula noventa e três Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará) ou outro fator de referência que o venha substituir, para cada m³ (metro cúbico) de madeira explorada. Para tanto, o PRIMEIRO PERMUTANTE estabelecerá com os SEGUNDOS PERMUTANTES, contrato
CONTINUA NA FLS. 124 DO LIVRO 2-BR

MATRÍCULA Nº 31.361

específico para esse fim, com a interveniência do órgão ambiental competente, sem o cumprimento do qual os SEGUNDOS PERMUTANTES ficam impossibilitados de executarem quaisquer atividades na área atribuída à permuta, pela escritura pública de permuta e outras avenças antes mencionada; o valor mencionado poderá ser ajustado entre as partes em função dos normativos a serem fixados pelo órgão estadual competente quanto à aplicação de preços na exploração de recursos madeireiros em áreas públicas florestais. Que, além do cumprimento dessa condição reversiva, os SEGUNDOS PERMUTANTES assumem a obrigação de cumprir com as seguintes cláusulas resolutivas, nos termos do artigo 474 do Código Civil Brasileiro, que deverão constar expressamente na matrícula do lote quando de seu registro imobiliário, sob pena de desfazimento do negócio jurídico ora pactuado, independentemente de qualquer indenização por parte do PRIMEIRO PERMUTANTE, no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de assinatura da sobredita escritura, os SEGUNDOS PERMUTANTES deverão providenciar junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o cancelamento da matrícula e registros imobiliários decorrentes do título definitivo que lhe foi anteriormente concedido em relação ao Lote 33, Setor "F", da Gleba Altamira VI, do "Projeto Integrado Trairão". Que, por bem da escritura pública de permuta e outras avenças e na melhor forma de direito, o PRIMEIRO PERMUTANTE transmite aos SEGUNDOS PERMUTANTES, toda a posse, domínio, direito e ação que antes tinha e exercia sobre o lote objeto da escritura pública de permuta e outras avenças, recebendo destes, ainda naquele ato e ocasião, os mesmos direitos que detinham sobre o Lote nº 33, Setor "F", da Gleba Altamira VI, do "Projeto Integrado Trairão", comprometendo-se os contratantes por si, seus herdeiros e sucessores a fazer a escritura pública de permuta e outras avenças, sempre boa, firme e valiosa, pelo que os PERMUTANTES dão recíproca, plena, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais ser exigido a esse título, no presente ou no futuro, em Juízo ou fora dele, respondendo pela evicção na forma da lei. Que, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas por parte dos SEGUNDOS PERMUTANTES, facultará ao PRIMEIRO PERMUTANTE a rescisão de pleno direito deste contrato, em decorrência do que ficou ajustado na competente escritura: a) ocorrendo a rescisão do contrato por

CONTINUA NO VERSO

FOLHA

124

VERSO

REGISTRO GERAL
Livro Nº 2 -BR

REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO
Santarém-Pará

culpa dos SEGUNDOS PERMUTANTES estes perderão, em favor do PRIMEIRO PERMUTANTE, todas as quantias desembolsadas, a qualquer título, bem assim as benfeitorias porventura introduzidas no lote, razão pela qual renunciam, desde logo, a qualquer direito de indenização ou retenção por benfeitoria voluptuárias, úteis e necessárias que tenha realizado no imóvel; b) caracterizada a mora dos SEGUNDOS PERMUTANTES estes devolverão imediatamente o imóvel ao PRIMEIRO PERMUTANTE e, caso permaneçam no lote, serão os SEGUNDOS PERMUTANTES considerados como esbulhadores da posse, sujeitando-se às cominações do artigo 1.210 e seguintes do Código Civil. Que, finalmente, comprometendo-se os SEGUNDOS PERMUTANTES a desistir de ações e outras medidas judiciais que envolvam a mesma causa e objeto e reconhecer, em juízo ou fora dele, sob quaisquer hipóteses, a inexistência de responsabilidade civil do PRIMEIRO PERMUTANTE, tanto com relação a possíveis pendências ou perdas decorrentes da impossibilidade do uso e aproveitamento da área anteriormente adquirida junto ao ITERPA, na GLEBA ALTAMIRA VI, conforme mencionado no item "1", bem assim em decorrência dos compromissos ora estabelecidos (das obrigações pactuadas e assumidas), nos termos da referida escritura, ficando o Estado do Pará, isento do pagamento de quaisquer despesas decorrentes de custas processuais e honorários advocatícios nas respectivas demandas judiciais. PROT-41.776 EM 12 DE JULHO DE 2011. Dou fé.

AV-2, MAT-31.361, DATA: 08.11.2018 - **TRANSPORTE DOS LIMITES DA ÁREA**

DA RESERVA LEGAL - Conforme averbação nº AV-2 na matrícula nº 20.502, fls. 123, Livro 2-AA, em 01 de outubro de 2013, constam que por Termo de Delimitação da Área de Reserva Legal, Aprovada para fins de Averbação Cartorial, Processo nº 13454/2013, assinado pelo Engenheiro Agrônomo, Joel Lima B. dos Passos e pelo Geógrafo, Vicente de Paula de Sousa e Laudo Técnico nº 8542, de 01.07.2013, ambos expedidos pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente-SEMA, cuja documentação fica arquivada em Cartório, as Coordenadas referente a localização geográfica dos limites da Área da Reserva Legal do imóvel objeto desta matrícula, aprovado pela SEMA, seguintes: **Pontos / Longitude / Latitude:** 01, 56°3'19.51"W e 3° 9' 36.99" S; 02, 56°3'57.16"W e 3° 12' 16.94" S; 03, 56°2'47.70" W e 3°11'50.71"S; 04, 56°2'29.40"W e 3°10'45.69" S; e 05, 56°2'18.88"W e 3° 10'

CONTINUA NA FLS. 125 DO LIVRO 2-BR

MATRÍCULA Nº 31.361

12.00" S. PROT-46.975 EM 01 DE OUTUBRO DE 2013. Dou fé.

AV-3, MAT-31.361, DATA: 08.11.2018. - TRANSPORTE DO TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MANUTENÇÃO DE FLORESTA MANEJADA - Conforme

averação nº AV-3 na matrícula nº 20.502, fls. 123, Livro 2-AA, em 10 de março de 2014, consta que por Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada (TRMF - 1610/2014), datado de Belém-PA em 24 de janeiro de 2014, tendo em vista o que dispõe o art. 83 da Lei Federal nº 11.284, de 2 de março de 2006 e no art. 3º, incisos XVII e XVIII da Lei Estadual nº 6.462, de 04 de julho de 2002, que a floresta e demais formas de vegetação existente na área de 994,9112 hectares, com DATUM: SAD69 - HEMISFÉRIO: Sul - FUSO: 21 - Longitude: -56:05:04,06 - Latitude: -03:07:02,19, fica gravada como de utilização limitada, pelo período do ciclo de corte constante no PMFS, podendo nela se feita somente a exploração dos produtos florestais sob forma de MANEJO FLORESTAL SUSTENTADO, desde que autorizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente SEMA-PA. PROT-48.235 EM 10 DE MARÇO DE 2014. Dou fé.

R-4, MAT-31.361, DATA: 11.11.2019. COMPRA E VENDA - TRANSMITENTES:

VALDIR OLIVEIRA JÚNIOR, brasileiro, engenheiro civil, com cédula de identidade RG nº 7.838.188-SSP/SP e com CPF/MF sob nº 017.307.818-45 e sua mulher **ANA MARIA DE ALMEIDA NUNES OLIVEIRA**, brasileira, professora, com cédula de identidade RG nº 5.190.257-SSP/SP e com CPF/MF sob nº 017.295.688-90, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Rio Claro - SP, na Rua 09-B nº 948, Bela Vista; **ADQUIRENTE: SADI ZANATTA**, brasileiro, empresário rural, com cédula de identidade RG. nº. 6011727671-SSP/RS e com CPF/MF nº 307.640.330-34, casado pelo regime da comunhão universal de bens, na vigência da Lei nr. 6.515/77, com **ENI SAVENE SCHNEIDER ZANATTA**, brasileira, professora, com cédula de identidade RG. nº 2008025955-SSP/RS e com CPF/MF nº 272.358.660-04, residentes e domiciliados na cidade de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, na Avenida Rio Branco nº 32, Centro. **INTERVENIENTE CEDENTE: LEONIR DA CROCE**, brasileiro, solteiro e

CONTINUA NO VERSO

FOLHA

125

VERSO

REGISTRO GERAL
Livro Nº 2 - BR

REGISTRO DE IMÓVEIS
1º OFÍCIO
Santarém-Pará

maior, veterinário, com cédula de identidade RG. nº 563.095-SSP-SC e com CPF/MF nº. 304.735.199-68, residente e domiciliado na zona rural do Município de Palmitos, Santa Catarina, no Balneário de Ilha Redonda, nº 53. **TÍTULOS:** Escrituras Públicas de Venda e Compra, de 05 de abril de 2018, lançada às fls. 359, do Livro nº 1.122 e de Retificação e Ratificação de 29 de julho de 2019, lançada às folhas 224, do Livro 1.132, ambas do 2º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos de Rio Claro - SP. **VALOR:** R\$196.992,52 (cento e noventa e seis mil novecentos e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) correspondendo a R\$17.908,50 (dezessete mil novecentos e oito reais e cinquenta centavos) aos transmitentes e R\$179.084,02 (cento e setenta e nove mil oitenta e quatro reais e dois centavos) ao interveniente cedente. PROT-62.117 EM 18 DE OUTUBRO DE 2019. Dou fé.

E. Almeida

PARA SIMPLES CONSULTA
NÃO VALE COMO CERTIDÃO
VALOR: R\$ 32,09

Visualização disponibilizada
em www.registradores.org.br

Operador Nacional
do Sistema de Registro
Eletrônico de Imóveis

